

Fábrica de futuro. Fabricante: você.

A qualidade de vida das pessoas reflete diretamente na motivação para trabalhar e conseqüentemente na sua produtividade. Investir na qualidade de vida no trabalho é importante sob a ótica do indivíduo, mas especialmente é um desafio da própria instituição. A questão é descobrir quais aspectos impactam a qualidade de vida. Um ambiente emocionalmente saudável e com boa estrutura física é o mínimo que podemos esperar de instituições comprometidas com a promoção do bem estar social e a pacificação de conflitos.

Todavia, precisamos ir além. Precisamos trazer os funcionários para ambientes que os motivem, que os acolham e especialmente dos quais se entendam como parte fundamental. Sob esta ótica, a Justiça Federal do Rio Grande do Sul encarou o desafio de implementar o projeto Futuridade.

A sustentabilidade é tema que tem forte demanda de atuação, considerando as diretrizes constitucionais sobre a matéria, as quais impõem aos órgãos públicos, ainda mais do que aos privados, diretrizes de condutas visando a defesa e preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações, além das determinações da normatização do PLS - Plano de Logística Sustentável.

Considerando a pressão social, legal e ambiental percebida na mudança de hábitos em sustentabilidade e, considerando que os órgãos públicos somados representam a maior instituição de compra de serviços e produtos no mercado interno nacional, é percebida uma grande oportunidade de fortalecer um cenário de escolhas que parecem transpor as opções de mercado.

Atentos a isto, desenvolvemos, no âmbito da instituição, um projeto de sustentabilidade que priorizou a revisão e efetiva implantação do PLS - Plano de Logística Sustentável, adotando-se formato participativo. O engajamento de pessoas de toda a instituição se deu de forma voluntária e os eixos de trabalho foram definidos por afinidade, disseminando a cultura de economia de recursos naturais, com a implantação de diretrizes socioambientais em suas ações, seguindo as recomendações da Agenda Ambiental A3P.

A Agenda Ambiental na administração pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade. A adoção da A3P demonstra a preocupação do órgão em obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente. Ao seguir as diretrizes estabelecidas pela agenda, o órgão público muda os padrões de produção e consumo e, em consequência, consegue reduzir seus gastos.

Para o atingimento dos objetivos, houve a contratação de consultoria especializada, da Pasárgada - Oficina de Sustentabilidade, de forma a elaborar planejamento de atuação com expertise que permitiu avançar para além das iniciativas que já estavam sendo adotadas na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul há muitas gestões.

A condução dos trabalhos resultou em metas transindividuais. Cabe lembrar, conforme material do A3P, *“responsabilidade socioambiental é mais que um conceito, trata-se de um processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências cidadãs para avanço em direção à sustentabilidade no âmbito da administração pública”* (AGENDA, 2009, p. 27).

Fábrica de futuro. Fabricante você. É uma forma assertiva de empoderar o indivíduo. Mas funciona melhor quando este indivíduo está amparado pelo coletivo. Quando sonha coletivo, planeja coletivo e age coletivo, aquele indivíduo fortalece o grupo, mas também se ampara deste fortalecimento e, assim amparado, amplia seu poder de tração e deste círculo virtuoso emerge a maior qualidade de vida no trabalho.

Parte do projeto consistiu em amparar vontades, pensamentos e iniciativas que estavam engavetadas. Com eixos diferentes, as pessoas foram encaminhadas de forma instintiva para os temas de suas preferências dando espaço para habilidades e vocações distintas de suas atribuições corporativas e que, apesar de diferentes, convergem para um grande bem maior e sinérgico.

A metodologia desenvolvida tem processos a serem ativados de forma cíclica. Assim, servidores que participaram de uma primeira edição podem utilizar as ferramentas do projeto FUTURIDADE, o *toolkit* para replicar rodadas quantas vezes acharem necessário e fizer sentido para os grupos participantes. A cada rodada o grupo se permite aprofundar a discussão sobre um determinado objetivo ou ainda ter outra problemática do mesmo eixo como

foco de atenção, criando uma autonomia da consultoria e a grande possibilidade de incorporar práticas de sustentabilidade de forma escalável em outras unidades e cenários.

O Programa A3P sintetizou em eixos temáticos aquilo que é fundamental para um projeto de sustentabilidade. São seis eixos: Uso dos recursos naturais; Qualidade de vida *stricto sensu* no ambiente de trabalho; Sensibilização dos servidores para a sustentabilidade; Compras sustentáveis; Construções sustentáveis; e Gestão de resíduos sólidos. Estes integram o Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis (DPCS), que, por sua vez, faz parte da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC) do Ministério do Meio Ambiente.

No eixo uso racional dos recursos naturais, a equipe desenvolveu projeto visando tornar os banheiros do prédio sede de Porto Alegre mais econômicos, por meio da adequação ou troca do sistema de descarga dos vasos sanitários e vazão das torneiras. Como resultado de indicadores do sucesso do projeto há redução da utilização da água em m³ à ordem de vinte por cento (20%), segundo estudo da A3P e estimativa de consumo per capita do prédio.

Quanto ao eixo gestão de resíduos sólidos, buscou-se desviar de aterros ou incineração, tanto resíduos produzidos no ambiente de trabalho, quanto produzidos na vida privada do público-alvo. Como resultado desta ação, houve o mapeamento de fluxos para a destinação de resíduos específicos, como por exemplo, o lixo eletrônico, atendendo-se às disposições da Lei 12.305/2010 e Decreto 7.404/2010.

A equipe responsável pelo eixo das compras públicas elegeu como objetivo a ser implementado, a eliminação de bombonas de água mineral e copos plásticos. A solução encontrada foi a compra de bebedouros e filtros purificadores de água para todos os prédios da instituição no Estado. O resultado da ação implica na eliminação do descarte de mais de 500.000 copos plásticos ao ano, estimando-se evitar que mais de uma tonelada de plástico seja dispersada no meio ambiente. A licitação para a compra dos bebedouros já se encontra em fase final, aguardando-se a entrega dos equipamentos comprados.

Como resultado do engajamento dos voluntários que aderiram ao eixo construção sustentável, houve a modificação de termo de referência dos editais da instituição, criando-se um novo parâmetro para as construções. Neste tópico, houve a publicação de edital para a construção por investidor na cidade de Santana do Livramento, na modalidade “build to suit”, exigindo-se diversas práticas de sustentabilidade, inclusive como critério de julgamento das propostas. O edital foi publicado e houve a apresentação de quatro propostas de investidores interessados. Os benefícios são evidentes, não apenas com a redução do impacto ambiental, mas inclusive com redução de custos de manutenção e operação e, principalmente, na melhora na qualidade de vida dos usuários do prédio.

A qualidade de vida *stricto sensu* buscou focar na prevenção em saúde, bem-estar e felicidade dos trabalhadores. A equipe procurou locais específicos para a montagem de uma espécie de sala de descompressão (jogos, bolas ergonômicas, espaço *googlelizado*) e práticas de bem-estar.

Assim, uma vez superados os desafios iniciais que estabelecem ações práticas e mudanças a serem adotadas nas compras e atividades dos envolvidos, percebemos o desafio de tornar sustentabilidade parte do requisito para o desenvolvimento de atividades futuras, percebendo a questão ética envolvida em decisões desta natureza.

Em continuidade a esta primeira edição, outras subseções planejam ativar núcleos em sustentabilidade e a equipe de apoio da instituição está organizada para amparar, catalisar e ajudar cada subseção do Estado a incubar e lançar seus próprios projetos, capilarizando o alcance das ações já empreendidas e centralizando indicadores que ajudam a transparecer ações de bem estar, economia e que vão ao encontro dos interesses da sociedade civil.